

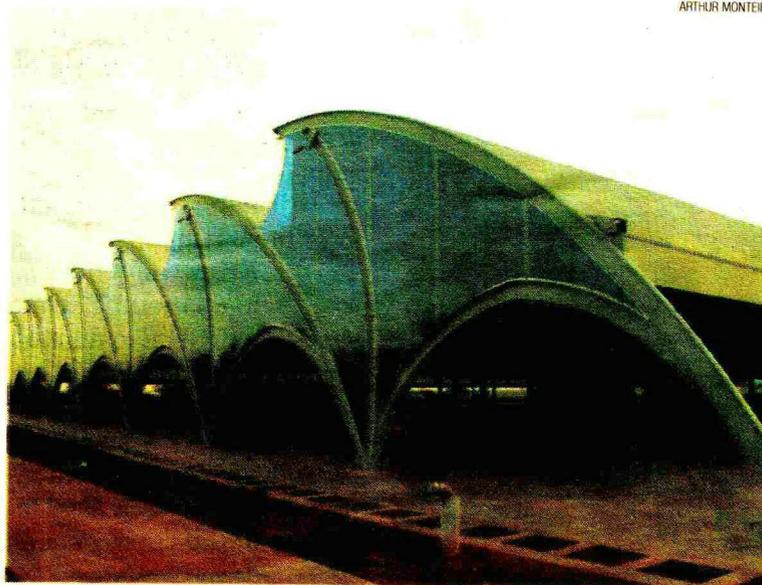
Fim do prazo de documentação

Cerca de 900 camelôs ainda não estavam regularizados

GLÁUCIA CRISTINA

Acabou ontem o prazo para que os feirantes que conseguiram um box no Shopping Popular pudessem entregar a documentação restante na Corregedoria-Geral do Distrito Federal. Segundo o corregedor do DF, Roberto Giffone, quem não teve o nome divulgado na lista deveria comparecer à Corregedoria e apresentar um recurso, que será avaliado pelo órgão. "Faremos o possível para que o resultado saia até o próximo sábado", explicou Roberto. Ao todo, 954 camelôs ainda não haviam regularizado sua situação.

"Permaneceremos aqui até que o último camelô seja atendido, para que ninguém seja prejudicado. São pessoas humildes, é complicado para eles lidar com toda a burocracia envolvida. Por isso, procuramos ter paciência e atendê-los com a maior boa-vontade", informou Roberto. En-



Ambulantes reclamam do prazo apertado dado pelo governo

tretanto, quem compareceu à Corregedoria na tarde de ontem encontrou uma fila grande e, principalmente, queixas sobre a falta de informações.

Sônia Maria Silva, camelô há cinco anos, entrou no sorteio para conseguir um espaço no Shopping, mas não foi beneficiada. "Estou esperando aqui em frente (à Corregedoria) desde domingo, mas não me dizem nada. Estou com fome e sem trabalhar este tempo todo, mas tenho que ficar aqui para tentar entrar no sorteio de sábado", reclamou.

Caio Donato, presidente da Associação dos Ambulantes, explicou que apesar dos

ambulantes terem demonstrado agir de boa-fé ao levar os documentos pendentes, alguns foram impossibilitados de entregar os dados que faltavam devido ao atraso da Junta Comercial do DF em repassar as informações. "Estamos tentando que o corregedor aceite o protocolo para que estes feirantes possam realizar a entrega depois do período estipulado", afirmou. "Vamos analisar toda a documentação e estamos apenas esperando o posicionamento do secretário de Justiça e Cidadania, Raimundo Ribeiro. Se ele intervir no processo do Shop-

ping Popular, nós vamos denunciar a irregularidade e levar o Shopping à licitação pública", avisou.

O presidente da Associação dos Camelôs do Calçadão, Francisco das Chagas de Sousa, também acredita que o tempo para a regularização dos ambulantes foi insatisfatório. "Só um dia não dá. Queremos rever este prazo, além de fazer a definição de quem é mesmo camelô e como será o sorteio no sábado", esclareceu Francisco.

Aparecida da Silva disse que trabalhou durante 25 anos no Setor Comercial Sul e mais 12 anos na Rodoviária, e reclamou da credibilidade do sorteio. Mesmo sendo cadastrada, Aparecida afirmou que foi vítima de uma denúncia anônima feita por um desafeto, que alegava que ela não seria, de fato, uma ambulante - o que a eliminaria da disputa por uma vaga no Shopping Popular. "Fui a primeira camelô do Setor Comercial, todos aqui me conhecem. Mesmo com todos estes anos de serviço, meu nome não saiu no sorteio, enquanto outros comerciantes que não têm nem quatro anos de rua conseguiram. É uma injustiça, está tudo errado", desabafou.

ARTHUR MONTEIRO